

Demonstrações Financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

Cachoeira Dourada - GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	101.541	83.655
Títulos e valores mobiliários	4	21.084	37.400
Concessionárias e permissionárias	5	79.369	47.937
Tributos a compensar		28.253	18.663
Serviços em curso		17.870	17.209
Outros créditos		13.616	11.195
		<u>261.733</u>	<u>216.059</u>
Não circulante			
Depósitos vinculados a litígios	10	22.475	21.350
Imobilizado	6	613.313	654.409
Intangível		2.953	2.485
		<u>638.741</u>	<u>678.244</u>
Total do ativo		<u>900.474</u>	<u>894.303</u>

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	44.008	38.067
Salários, provisões e encargos sociais		3.223	2.352
Obrigações fiscais	8	103.060	9.808
Dividendos a pagar		449	100.520
Programa de pesquisa e desenvolvimento		16.046	16.107
Risco hidrológico - GSF	15	44.415	-
Outras obrigações		7.789	5.716
		218.990	172.570
 Não circulante			
Obrigações fiscais	8	60.662	73.077
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10	4.714	5.112
		65.376	78.189
 Patrimônio líquido	11		
Capital social		64.340	64.340
Ações em tesouraria		(278)	(278)
Reserva de capital		346.839	346.839
Reserva de lucros		61.793	64.265
Ajuste de avaliação patrimonial		143.414	168.378
		616.108	643.544
 Total do passivo e do patrimônio líquido		900.474	894.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita líquida	12	466.445	638.932
Custo do serviço	13	<u>(175.446)</u>	<u>(365.975)</u>
Lucro bruto		290.999	272.957
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	13	(3.248)	(5.855)
Despesas gerais e administrativas	13	<u>(9.875)</u>	<u>(8.650)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(13.123)</u>	<u>(14.505)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>277.876</u>	<u>258.452</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	18.744	30.682
Despesas financeiras	14	<u>(840)</u>	<u>(2.009)</u>
		17.904	28.673
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>295.780</u>	<u>287.125</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(114.274)	(31.410)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	<u>12.415</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>193.921</u></u>	<u><u>255.715</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	193.921	255.715
Outros resultados abrangentes	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>193.921</u>	<u>255.715</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital					Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Doações e subvenções para investimentos	Especial Lei nº 8.200/91	Remuneração de imobilizado em curso	Reserva legal	Proposta de distribuição de dividendos adicional			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	-	206.202	135.397	760.193
Lucro líquido do exercício	11	-	-	-	-	-	-	-	255.715	255.715
Dividendos expirados	11	-	-	-	-	-	-	-	33	33
Realização do custo atribuído	11	-	-	-	-	-	-	(37.824)	37.824	-
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(135.397)	(135.397)
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares	11	-	-	-	-	-	-	-	(237.000)	(237.000)
Dividendos adicionais propostos	11	-	-	-	-	-	56.572	-	(56.572)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	56.572	168.378	-	643.544
Lucro líquido do exercício	11	-	-	-	-	-	-	-	193.921	193.921
Dividendos expirados	11	-	-	-	-	-	-	-	215	215
Realização do custo atribuído	11	-	-	-	-	-	-	(37.824)	37.824	-
Tributos diferidos sobre custo atribuído	11	-	-	-	-	-	-	12.860	(12.860)	-
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	(56.572)	-	-	(56.572)
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares	11	-	-	-	-	-	-	-	(165.000)	(165.000)
Dividendos adicionais propostos	11	-	-	-	-	-	54.100	-	(54.100)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	54.100	143.414	-	616.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	193.921	255.715
Ajustes por:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	2.469
Depreciação e amortização	63.566	63.315
Reversão e atualização financeira dos riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(303)	(2.287)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	4.662	6.655
Tributos e contribuições social diferidos	(12.415)	-
Atualização financeira	(1.125)	620
	<u>248.306</u>	<u>326.487</u>
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(31.432)	2.301
Tributos a compensar	(9.590)	7.410
Serviços em curso	(661)	(9.965)
Depósitos vinculados a litígios	-	(926)
Outros créditos	(2.421)	(3.955)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	5.941	22.544
Salários, provisões e encargos sociais	871	587
Obrigações fiscais	93.252	1.584
Risco hidrológico - GSF	44.415	-
Programa de pesquisa e desenvolvimento	(4.723)	(6.873)
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(95)	-
Outras obrigações	2.073	(1.221)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>345.936</u>	<u>337.973</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	16.316	(695)
Aplicações no intangível e imobilizado	(22.938)	(20.756)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(6.622)</u>	<u>(21.451)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Parcelamento especial	-	(8.390)
Dividendos pagos	(321.428)	(272.273)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(321.428)</u>	<u>(280.663)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>17.886</u>	<u>35.859</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83.655	47.796
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>101.541</u>	<u>83.655</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>17.886</u>	<u>35.859</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA (“Companhia” ou “CDSA”), com sede no município de Cachoeira Dourada – GO, é uma Companhia de capital fechado que tem como objeto social a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio. Poderá ainda a Sociedade promover ou participar de outras sociedades constituídas para produzir energia elétrica, dentro ou fora do Estado de Goiás, mediante a subscrição de qualquer número de ações ou quotas sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia foi constituída mediante cisão da Companhia Energética de Goiás - CELG, da qual foram transferidos os bens patrimoniais do sistema de geração da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada para a nova Companhia. Essa cisão foi efetuada com base no balanço levantado em 31 de outubro de 1996 e aprovado pelos acionistas da CELG na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 1996.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de fevereiro de 2016.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

2.3. Imobilizado

O ativo imobilizado em curso é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados

2.4. Imposto de renda e contribuição social

Até 31 de dezembro de 2014, a despesa de imposto de renda e contribuição social era calculada com base no lucro presumido, através de aplicação dos percentuais definidos pela legislação vigente na data de apresentação das demonstrações financeiras. Sobre estas bases são calculados o imposto de renda e contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 no ano) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%). Tal liberalidade foi garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

A partir de 2015, as despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido passaram a ser apurados com base no lucro real, e por conseguinte, sobre o lucro líquido do período. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido corrente é são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.5. Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e SPOT no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Melhorias Anuais – (Ciclo 2010-2012 e 2011-2013)</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 and IAS 40.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.</p>

2.7. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p><i>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:</i></p> <p><i>Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira.</i></p> <p><i>Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.</i></p> <p><i>Fase 3 – Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas.</i></p> <p><i>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

2.7. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015--Continuação

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p><i>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p>Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização</p> <p><i>As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação</p> <p><i>O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação.</p> <p><i>As modificações, que tem um escopo restrito, introduzem clarificações aos requerimentos para as contabilizações dos investimentos nas entidades. As alterações também visam em algumas circunstâncias reduzir os impactos das aplicações da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras</p>	

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e contas correntes bancárias	1.789	2.229
Aplicações financeiras		
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	46.480	-
Operações compromissadas	5.033	-
Total de aplicações diretas	51.513	-
Fundos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	20.276	26.179
Operações compromissadas	27.963	55.247
Total de fundos exclusivos	48.239	81.426
Total de aplicações financeiras	99.752	81.426
Total de caixa e equivalentes de caixa	101.541	83.655

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos tem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

4. Títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de Investimentos Exclusivos		
Títulos públicos	20.653	37.400
LF - Letra financeira	431	-
Total de títulos e valores mobiliários	21.084	37.400

5. Concessionárias e permissionárias

	Vincendos	Vencidos há mais de 90	Total	
			31/12/2015	31/12/2014
Concessionárias	77.220	4.784	82.004	51.028
Partes relacionadas (vide Nota 9)	1.984	-	1.984	1.528
Subtotal	79.204	4.784	83.988	52.556
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(4.619)	(4.619)	(4.619)
Total	79.204	165	79.369	47.937

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

Não houve movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2015.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

6. Imobilizado

Descrição	Vida útil (anos)	2015			2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Reservatórios	50	243.081	(163.370)	79.711	243.081	(158.383)	84.698
Terrenos		1.163	-	1.163	1.163	-	1.163
Edificações	30	108.644	(85.510)	23.134	108.644	(83.083)	25.561
Máquinas e equipamentos	35	2.192.804	(1.749.725)	443.079	2.192.804	(1.693.657)	499.147
Veículos	7	793	(697)	96	793	(670)	123
Móveis e utensílios	16	1.858	(1.671)	187	1.858	(1.643)	215
Total do imobilizado em serviço		<u>2.548.343</u>	<u>(2.000.973)</u>	<u>547.370</u>	2.548.343	(1.937.436)	610.907
Imobilizado em andamento		65.943	-	65.943	43.502	-	43.502
Total do imobilizado em curso		<u>65.943</u>	<u>-</u>	<u>65.943</u>	43.502	-	43.502
Total do imobilizado		<u>2.614.286</u>	<u>(2.000.973)</u>	<u>613.313</u>	2.591.845	(1.937.436)	654.409

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	31/12/2014	Adições	Depreciação	31/12/2015
Reservatórios	84.698	-	(4.987)	79.711
Terrenos	1.163	-	-	1.163
Edificações	25.561	-	(2.427)	23.134
Máquinas e equipamentos	499.147	-	(56.068)	443.079
Veículos	123	-	(27)	96
Móveis e utensílios	215	-	(28)	187
Imobilizado em andamento	43.502	22.441	-	65.943
	<u>654.409</u>	<u>22.441</u>	<u>(63.537)</u>	<u>613.313</u>

Reversão dos bens à União

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

7. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Energia	28.103	20.777
Materiais e serviços	15.791	17.290
Partes relacionadas (vide Nota 9)	114	-
Total	<u>44.008</u>	<u>38.067</u>

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

8. Obrigações fiscais

Corrente	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	97.182	6.217
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.320	1.700
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	2.404	1.209
Programa de integração social - PIS	519	263
Outros	635	419
	103.060	9.808
	<hr/>	
Diferido	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda	42.230	51.183
Contribuição social	18.432	21.894
	60.662	73.077
	<hr/>	
Total	163.722	82.885

Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	295.780	295.780
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-
	(73.921)	(26.620)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(480)	(173)
Incentivos fiscais e outros	(489)	(176)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(74.890)	(26.969)
	<hr/>	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(84.018)	(30.256)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.128	3.287
	(74.890)	(26.969)
	<hr/>	
Total	(74.890)	(26.969)
	<hr/>	
Total efeito no resultado	(101.859)	

Em 31 de dezembro de 2014, a despesa de imposto de renda e contribuição social era calculada com base no lucro presumido, tendo sido reconhecido a despesa no valor de R\$ 21.252 e R\$ 21.288, referentes ao imposto de renda e contribuição social, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) a Companhia passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

O imposto diferido ativo está descrito conforme quadro abaixo sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNAEE 250/85, o qual foi transferido da CELG por ocasião da cisão que originou a Companhia.

O saldo desse imposto de renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da Companhia, e está sendo deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo.

O imposto diferido passivo está registrado no valor de R\$ 69.850, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da Companhia. O saldo deste passivo começou a ser realizado a partir de 2015, quando a Companhia passou a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo						
Diferenças temporárias						
Remuneração das imobilizações em curso	8.969	9.633	-	-	8.969	9.633
Outros	161	-	58	-	219	-
Total de tributos diferidos ativos	<u>9.130</u>	<u>9.633</u>	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>9.188</u>	<u>9.633</u>
Passivo						
Diferenças temporárias						
Custo atribuído	(51.360)	(60.816)	(18.490)	(21.894)	(69.850)	(82.710)
Total de tributos diferidos passivos	<u>(51.360)</u>	<u>(60.816)</u>	<u>(18.490)</u>	<u>(21.894)</u>	<u>(69.850)</u>	<u>(82.710)</u>
Passivos diferidos	<u>(42.230)</u>	<u>(51.183)</u>	<u>(18.432)</u>	<u>(21.894)</u>	<u>(60.662)</u>	<u>(73.077)</u>

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

2015	2016	2017	2018 a 2020	2021 a 2023	Total
<u>797</u>	<u>797</u>	<u>797</u>	<u>2.391</u>	<u>4.406</u>	<u>9.188</u>

9. Partes relacionadas

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (despesa)	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (despesa)
Ampla Energia e Serviço S.A. (a)	1.111	-	8.803	885	-	8.262
COELCE - Companhia Energética do Ceará (a)	873	-	6.290	643	-	6.173
CIEN - Companhia de Interconexão Energética (b)	-	114	(1.089)	-	127	(1.153)
Enel Energy Europe	-	-	-	-	69	(37)
Total	<u>1.984</u>	<u>114</u>	<u>14.004</u>	<u>1.528</u>	<u>196</u>	<u>13.245</u>

* Esses valores são classificados como contas a receber e fornecedores, respectivamente (vide Notas 5 e 7).

- a) **Venda de energia:** Operação de compra e venda de energia é realizada a diferentes distribuidoras, dentre as quais AMPLA e COELCE, decorrente do 2º Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes (“2º LEILÃO”), no dia 2 de abril de 2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). As condições de preços e prazo seguem as orientações constantes no correspondente edital do leilão.
- b) **Transporte de energia:** Operação de transporte de energia é realizada por diferentes transmissoras. O pagamento do uso do sistema de transmissão é feito por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”), conforme Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013. As tarifas são reajustadas anualmente no mesmo período em que ocorrem os reajustes da RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 2.065 (R\$ 1.278 em 2014). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

10. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31/12/2014	31/12/2015			Saldo acumulado
	Saldo acumulado	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	
Trabalhista	388	-	48	(4)	432
Cíveis	945	(196)	(75)	(50)	624
Fiscais	779	-	(80)	(41)	658
Ambientais	3.000	-	-	-	3.000
Total	5.112	(196)	(107)	(95)	4.714

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Principais riscos possíveis

Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa

A Companhia ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a autuação da Receita Federal do Brasil sobre a compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A matéria aguarda o julgamento de seu recurso e monta em R\$ 17.931 (R\$17.182 em 2014).

Além do processo descrito acima a Companhia possui outros processos com probabilidade de perda possível totalizando o valor de R\$ 764 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 747 em 2014).

Depósitos judiciais

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	23	22
Fiscais	22.452	21.328
Total	22.475	21.350

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2015:

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)		Total (em unidade)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Enel Brasil S.A.	1.025.858.888	99,49	1.888.659.832	99,67	2.914.518.720	99,61
Ações em tesouraria	-	-	4.346.357	0,23	4.346.357	0,15
Outros	5.261.772	0,51	1.924.017	0,10	7.185.789	0,25
Total	1.031.120.660	100	1.894.930.206	100	2.926.050.866	100

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	193.921	255.715
Reversão de dividendos prescritos	215	33
Custo atribuído	24.964	37.824
Lucro ajustado	219.100	293.572
Dividendos intercalares	165.000	237.000
Dividendos adicionais propostos	54.100	56.572

Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas nos dias 02 de setembro de 2015 e 03 de dezembro de 2015 foram deliberados dividendos no montante de R\$ 120.000 e R\$ 45.000, sob a forma de dividendos intercalares, conforme previsto no estatuto social da Companhia e referentes ao lucro líquido apurado até no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e no terceiro trimestre de 2015. Os referidos montantes foram liquidados nos dias 24 de setembro de 2015 e 29 de dezembro de 2015.

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir, que ficaram inferiores aos dividendos antecipados pagos durante o ano por conta do lucro do exercício de 2015:

Tipo de ações	25% sobre o lucro líquido ajustado		Dividendos mínimos sobre o capital social		Dividendos mínimos obrigatórios	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ações ordinárias	17.084	22.528	-	-	17.084	22.528
Ações preferenciais	31.396	41.401	4.167	4.167	31.396	41.401
	48.480	63.929	4.167	4.167	48.480	63.929

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído, sempre que houver lucro líquido suficiente na apuração do resultado do exercício findo.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

c) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital

d) Reservas de capital

As reservas para doações e subvenções para investimentos e reserva especial Lei 8.200, referem-se a reservas provenientes da cisão que originou a Companhia. Nesta cisão ocorreu a transferências de bens patrimoniais do sistema de geração da usina hidroelétrica de cachoeira dourada.

12. Receita líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta		
Suprimento de energia elétrica	540.737	694.089
Outras receitas	268	347
Total da receita bruta	541.005	694.436
Deduções das receitas bruta		
PIS	(8.927)	(4.512)
COFINS	(41.116)	(20.825)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.662)	(6.555)
Quota para reversão global de reversão	(6.615)	(6.801)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(1.025)	(1.540)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	(12.215)	(15.271)
Total das deduções da receita bruta	(74.560)	(55.504)
Receita líquida	466.445	638.932

13. Custo e despesas operacionais

	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	31/12/2015	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	31/12/2014
Pessoal	(11.444)	(3.233)	(4.327)	(19.004)	(10.195)	(2.291)	(4.594)	(17.080)
Administradores	-	-	(1.570)	(1.570)	-	-	(1.434)	(1.434)
Energia elétrica comprada para revenda	(49.307)	-	-	(49.307)	(242.089)	-	-	(242.089)
Transporte de potência de energia	(38.730)	-	-	(38.730)	(41.833)	-	-	(41.833)
Depreciação e amortização	(63.145)	-	(163)	(63.308)	(63.104)	-	(211)	(63.315)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	196	196	-	-	889	889
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	(2.469)	-	(2.469)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização ANEEL	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(12.820)	(15)	(4.011)	(16.846)	(8.754)	(1.095)	(3.300)	(13.149)
Total	(175.446)	(3.248)	(9.875)	(188.569)	(365.975)	(5.855)	(8.650)	(380.480)

14. Resultado financeiro

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	17.190	27.725
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	107	1.398
Atualização de depósitos judiciais	1.125	-
Outras receitas financeiras	296	1.559
Variações monetárias diversas	26	-
Total das receitas financeiras	18.744	30.682
Despesas financeiras		
Variações monetárias diversas	(84)	(100)
Despesas bancárias	(5)	(46)
Atualização financeira sobre pagamentos	(417)	(649)
Correção P&D	-	(613)
Outras despesas	(334)	(601)
Total das despesas financeiras	(840)	(2.009)
Total do resultado financeiro	17.904	28.673

15. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de risco que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes.

b) Risco hidrológico

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional ("SIN") é gerado por Usinas Hidrelétricas ("UHE"). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, o montante de R\$ 44.115 recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, correspondente ao período de junho a dezembro de 2015, uma vez que o advento de ações judiciais ativas e passivas relacionadas com o GSF, iniciadas neste período, ocasionaram um movimento de incerteza acerca do possível direito/obrigação da Companhia.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/12/2015		31/12/2014		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	101.541	101.541	83.655	83.655
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	21.084	21.084	37.400	37.400
Concessionárias e permissionárias	Empréstimos e recebíveis	2	79.369	79.369	47.937	47.937
Passivo						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	44.008	44.008	38.067	38.067

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

16. Compromissos

A Companhia mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos Contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado (“CCEARs”) no montante de R\$ 3.323.233.

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
Receita Bruta	573.448	548.335	724.133	725.097	752.220

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A

17. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

O montante dessa participação no exercício de 2015 foi de R\$ 2.380 (R\$ 2.193 em 2014).

18. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2015	31/10/2016	R\$ 3.005.103	R\$ 2.964.377
Responsabilidade Civil	01/11/2015	31/10/2016	N/A	R\$ 768.780